

Ata da 16ª Reunião do Conselho de Administração – Ordinária da Organização Social Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas - INPO

Aos nove dias do mês de junho de 2026, às 10h, reuniram-se, de forma presencial e por teleconferência, os membros do Conselho de Administração do Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas – INPO, associação civil sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social por meio do Decreto Presidencial nº 11.275/2022, inscrita no CNPJ sob o nº 18.593.635/0001-05. Constatado o quórum necessário, a Sra. Andrea Brito Latgé assumiu a presidência da reunião e convidou o Sr. Segen Farid Estefen para secretariá-la. O Dr. Paulo Haus Martins, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 69.406, assessorou a sessão. Lida a pauta e relatada a forma de convocação, ambas foram aprovadas por unanimidade, sem ressalvas, considerando-se a convocação regular e em conformidade com as normas estatutárias. A pauta da presente reunião incluiu os seguintes itens: **1. Aprovação da ata da 15ª Reunião do Conselho de Administração; 2. Posse dos novos representantes do Conselho Científico do INPO e da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC no Conselho de Administração; 3. Relato da reunião com a Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Contrato de Gestão (2025); 4. Termo Aditivo do Contrato de Gestão 2026; 5. Relatórios financeiros e gerenciais (1º trimestre de 2026); 6. Proposta de Código de Ética; 7. Assuntos Gerais.** No primeiro ponto da pauta, foi aprovada, por unanimidade, a Ata da 15ª Reunião do Conselho de Administração do INPO. No segundo ponto da pauta, o Diretor-Geral do INPO, Sr. Segen Farid Estefen, lembrou que o Conselho Científico do Instituto vinha sendo representado provisoriamente no Conselho de Administração pelos Conselheiros Alexander Turra, professor da Universidade de São Paulo – USP, e José Henrique Muelbert, professor da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Informou que o Conselho Científico foi formalmente constituído e procedeu à eleição de seu Presidente e de seu Secretário, os quais passam a exercer, respectivamente, a representação titular e suplente daquele órgão no Conselho de Administração do INPO. Assim, foi informado que o Conselho Científico do INPO indicou, para compor o Conselho de Administração, o Sr. Luiz Drude de Lacerda, brasileiro, casado, professor, Professor Titular Livre da Universidade Federal do Ceará – UFC, portador da carteira de identidade nº 3.433.586-9, expedida pela SSP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 400.763.697-49, com endereço profissional no Instituto de Ciências do Mar – LABOMAR/UFC, Av. da Abolição, nº 3207, Meireles, Fortaleza/CE, CEP 60.165-081, como membro titular, e a Sra. Carina Costa de Oliveira, brasileira, casada, professora, Professora Associada da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília – UnB, portadora da carteira de identidade nº 2.047.462, expedida pela SSP/DF, inscrita no CPF sob o nº 719.143.821-53, com endereço profissional na Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, Campus Darcy Ribeiro, Brasília/DF, como membro suplente, em substituição aos Conselheiros Alexander Turra e José Henrique Muelbert, respectivamente. Continuando, foi informado que a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC indicou o Sr. Aldo José Gorgatti Zarbin, brasileiro, em união estável, professor universitário,

Professor Titular da Universidade Federal do Paraná – UFPR, portador da carteira de identidade nº 15.724.581, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 137.683.838-90, com endereço profissional no Departamento de Química da UFPR, Centro Politécnico, Jardim das Américas, Curitiba/PR, CEP 81.531-980, como membro titular, e a Sra. Ana Tereza Ribeiro de Vasconcelos, brasileira, separada, bióloga, Coordenadora do Laboratório de Bioinformática do Laboratório Nacional de Computação Científica – LNCC, portadora da carteira de identidade nº 362.913, expedida pelo MAER, inscrita no CPF sob o nº 817.379.637-87, com endereço profissional na Avenida Getúlio Vargas, nº 333, Quitandinha, Petrópolis/RJ, CEP 25.651-075, como membro suplente, em substituição aos Conselheiros Renato Janine Ribeiro e Paulo Eduardo Artaxo Netto, respectivamente. Submetidas as indicações à apreciação do Colegiado, estas foram aprovadas por unanimidade, tendo sido, neste ato, dada posse aos novos Conselheiros. No terceiro ponto da pauta, o Diretor de Administração e Finanças, Rodolfo Fraenkel, informou que a Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Contrato de Gestão (CAA) reuniu-se presencialmente no dia 15 de maio de 2026, na sede do INPO. Apresentou a composição da Comissão, formada por especialistas, representantes dos Ministérios e equipe de apoio técnico do MCTI, e destacou que o INPO obteve a nota máxima na avaliação anual, alcançando nota geral 10,00, correspondente ao conceito “Desempenho Esperado”. O Diretor-Geral reafirmou o compromisso do Instituto com a manutenção desse nível de desempenho e com a busca contínua pelo aprimoramento de seus processos e resultados. Em seguida, o Diretor de Administração e Finanças informou que a próxima reunião da Comissão de Acompanhamento e Avaliação está prevista para os dias 15 e 16 de outubro de 2026, ocasião em que serão analisadas as atividades desenvolvidas pelo INPO no primeiro semestre de 2026. O Diretor-Geral registrou que a CAA reconheceu os avanços significativos alcançados pelo INPO em relação ao exercício de 2024, destacando a evolução institucional observada e o processo consistente de aprimoramento da gestão. Relatou ainda que, durante a reunião, foram discutidas a relevância e a adequação do Indicador 5 – Número de publicações técnico-científicas em periódicos internacionais por ano –, considerando o papel do INPO como instituição gestora e a conveniência de evitar associações diretas com atividades de pesquisa específicas. Sobre esse ponto, manifestou-se favoravelmente à manutenção do indicador, ressaltando a importância das publicações científicas como instrumento de divulgação das atividades desenvolvidas pelo Instituto, de avaliação pelos pares e de sinalização à comunidade científica acerca da relevância da produção técnico-científica associada às iniciativas promovidas pelo INPO. A Presidente do Conselho de Administração concordou com esse entendimento e defendeu a manutenção do indicador, ainda que novos indicadores venham a ser incorporados futuramente. Na mesma linha, o Presidente do Conselho Científico destacou a importância da permanência do indicador, observando que parcela da produção científica realizada pela comunidade acadêmica decorre de ações de indução promovidas pelo INPO. Passando ao quarto ponto da pauta, o Diretor de Administração e Finanças apresentou: (i) o histórico de repasses já efetivados no

âmbito do Contrato de Gestão; e (ii) a previsão de repasse para 2026. Após análise, o Conselho de Administração autorizou a celebração de Termo Aditivo ao Contrato de Gestão de 2026, outorgando à Diretoria do INPO poderes para adotar todos os encaminhamentos necessários à formalização do aditivo — inclusive eventuais ajustes no montante que vier a ser efetivamente pactuado — sem necessidade de nova deliberação do Conselho. No quinto ponto da pauta, o Diretor de Administração e Finanças apresentou os relatórios financeiros e gerenciais referentes ao primeiro trimestre de 2026. Foram apresentados os demonstrativos de receitas e despesas, a execução orçamentária e financeira do período, a posição de caixa e aplicações financeiras, bem como informações relativas à execução das atividades previstas no Contrato de Gestão. O Diretor destacou que a execução das despesas ocorreu dentro do planejado para o período, observando-se compatibilidade entre os recursos disponíveis e as ações em desenvolvimento pelo Instituto. Apresentou, ainda, informações sobre a evolução da estrutura operacional do INPO e sobre as principais atividades desenvolvidas no trimestre, ressaltando o andamento regular dos projetos e iniciativas sob responsabilidade do Instituto. Foi registrado que os referidos relatórios já haviam sido previamente analisados pelo Conselho Fiscal do INPO, em reunião realizada em 26/05/2026, oportunidade em que foram prestados os esclarecimentos solicitados e examinados os resultados financeiros e gerenciais do período. Os Conselheiros solicitaram esclarecimentos pontuais acerca de aspectos da execução financeira e do planejamento das atividades para os meses subsequentes, os quais foram devidamente prestados pela Diretoria. Após as discussões, o Conselho de Administração tomou conhecimento dos relatórios financeiros e gerenciais referentes ao primeiro trimestre de 2026. Passando ao sexto ponto da pauta, o Diretor de Administração e Finanças apresentou a proposta de Código de Ética do INPO, elaborada com o objetivo de consolidar os princípios, valores e diretrizes de conduta aplicáveis à instituição, seus dirigentes, colaboradores, conselheiros e demais pessoas que atuem em seu nome. Durante os debates, os Conselheiros manifestaram especial atenção às disposições constantes do capítulo de Declarações, em particular aos dispositivos relacionados à atuação do Instituto diante de violações de direitos humanos e de práticas incompatíveis com os valores institucionais em diferentes países e contextos internacionais. Os Conselheiros reconheceram a relevância dos princípios expressos no documento, mas ponderaram que a redação de determinados dispositivos poderia gerar interpretações capazes de limitar ou dificultar a interação institucional do INPO com comunidades científicas e instituições de pesquisa de países que possuem participação relevante no desenvolvimento científico internacional. Após ampla discussão, consolidou-se o entendimento de que os dispositivos em questão deveriam ser objeto de revisão, de modo a preservar os princípios éticos e institucionais defendidos pelo INPO sem comprometer sua atuação científica, acadêmica e cooperativa em âmbito internacional. Diante disso, o Conselho deliberou por não apreciar conclusivamente a proposta nesta reunião, solicitando à Diretoria do INPO a revisão dos referidos dispositivos e o posterior encaminhamento da nova versão a todos os Conselheiros para análise prévia. Ficou ainda definido que a

apreciação e deliberação sobre o Código de Ética permanecerão incluídas na pauta da próxima reunião do Conselho de Administração. Passando ao sétimo e último ponto da pauta, referente aos Assuntos Gerais, o Diretor de Administração e Finanças apresentou proposta de recondução dos atuais membros do Conselho Fiscal do INPO para novo mandato de dois anos. Após análise, o Conselho de Administração aprovou, por unanimidade, a recondução dos atuais membros do Conselho Fiscal, a saber: Fernando Peregrino, na qualidade de Presidente do Conselho Fiscal; Lozevaldo Monteiro Cruz, membro titular; Contra-Almirante Marcello Nogueira Canuto, membro titular; e Contra-Almirante Marco Alexandre Rodrigues de Aguiar, membro suplente. Na sequência, foi apresentado o calendário de reuniões do Conselho de Administração para o segundo semestre de 2026. Após discussão, o Conselho aprovou a realização de reunião ordinária em 1º de setembro de 2026, às 10 horas, para apreciação do Relatório Semestral de Atividades e dos Relatórios Financeiros e Gerenciais referentes ao período encerrado em 30 de junho de 2026, bem como de reunião ordinária em 24 de novembro de 2026, às 10 horas, para apreciação dos Relatórios Financeiros e Gerenciais referentes ao período encerrado em 30 de setembro de 2026, do Relatório de Execução do Contrato de Gestão referente ao primeiro semestre de 2026 e da Proposta de Orçamento para o exercício de 2027. A pedido da Presidente do Conselho de Administração, o Diretor Geral apresentou breve relato sobre as ações relacionadas à preparação do Brasil para a Conferência da ONU da Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável, que será realizada no Rio de Janeiro em abril de 2027. Informou que o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, em articulação com o Comitê Nacional da Década do Oceano e com apoio operacional do INPO, iniciou o processo de atualização do Plano Nacional de Implementação da Década do Oceano no Brasil. Destacou que uma das principais etapas desse processo consiste na realização das Oficinas Livres “O Brasil na Década do Oceano: vozes para o futuro”, iniciativa destinada a ampliar a participação social e a coletar contribuições de diferentes segmentos da sociedade para a construção das prioridades nacionais relacionadas ao oceano. O Diretor Geral ressaltou que as oficinas permitirão a participação de representantes da comunidade científica, gestores públicos, comunidades tradicionais, pescadores, jovens, organizações da sociedade civil e demais interessados, abrangendo temas relacionados à conservação marinha, adaptação às mudanças climáticas, economia azul sustentável, cultura oceânica, financiamento e governança, segurança alimentar e infraestrutura de pesquisa. Em sua manifestação, destacou a importância estratégica da Conferência da ONU da Década do Oceano para o Brasil e defendeu a ampliação da participação de países da América Latina e de países africanos com atuação relevante em temas oceânicos, especialmente aqueles com menor presença em grandes eventos internacionais. Ressaltou que a realização da Conferência no Brasil representa uma oportunidade singular para fortalecer a cooperação internacional, ampliar a integração entre comunidades científicas e promover maior protagonismo dos países do Sul Global nas discussões relacionadas ao oceano. O Diretor Geral informou ainda que representou o INPO, juntamente com a Diretora de Infraestrutura e Operações, Janice Trotte-Duhá, no

Global Ocean Summit 2026, realizado em Hong Kong, na China, evento que reuniu lideranças, gestores e cientistas de diversos países para discutir temas relacionados à sustentabilidade dos oceanos, inovação tecnológica, economia azul e cooperação internacional. Relatou sua participação como palestrante convidado em painel dedicado às contribuições das energias renováveis marinhas para a transição energética e destacou os debates realizados sobre observação oceânica, mudanças climáticas, carbono azul, inteligência artificial e governança marinha. Mencionou, ainda, os avanços relacionados à estruturação do Centro Temático de Energia Renovável no Oceano – Energia Azul, iniciativa apoiada pela Finep e voltada ao desenvolvimento de tecnologias para aproveitamento de energias renováveis offshore. Informou também que participou das discussões relacionadas à criação da Global Ocean Research Union (GLORi), iniciativa voltada à cooperação internacional em pesquisa oceânica e ao compartilhamento de dados, infraestrutura e conhecimento científico entre instituições de diferentes países. Destacou que tais iniciativas convergem com os objetivos da Década do Oceano da ONU e reforçam o papel do Brasil e do INPO na promoção da cooperação científica internacional. Por fim, informou que o Conselho Científico do INPO, o MCTI e diversas instituições da comunidade científica e oceânica nacional estarão envolvidos na condução do processo de atualização do Plano Nacional da Década do Oceano, cujos resultados subsidiarão a preparação brasileira para a Conferência da ONU da Década do Oceano de 2027. Em seguida, a Diretora de Infraestrutura e Operações do INPO informou ao Conselho sobre sua nomeação para integrar o Program Committee do OceanObs’29, uma das mais importantes conferências internacionais dedicadas aos sistemas de observação oceânica, a ser realizada em 2029, na cidade de Qingdao, na China. Destacou que esta é a primeira vez que o Brasil passa a integrar o comitê responsável pela definição das diretrizes científicas e estratégicas do evento, composto por especialistas de diferentes regiões do mundo. A Diretora informou que sua participação no comitê ocorrerá na condição de representante do Sul Global, contribuindo para os debates relacionados ao fortalecimento dos sistemas de observação oceânica, à infraestrutura e interoperabilidade de dados, à cooperação internacional e ao desenvolvimento de capacidades científicas em países em desenvolvimento. Ressaltou a importância de ampliar a representação do Atlântico Sul e de levar ao debate internacional os desafios enfrentados pelos países da região quanto à produção, integração e compartilhamento de dados oceanográficos. Destacou, ainda, que a participação do INPO nesse processo reforça o protagonismo brasileiro na agenda internacional da ciência oceânica e está alinhada aos esforços desenvolvidos no âmbito da Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Informou que os trabalhos preparatórios para o OceanObs’29 deverão resultar na elaboração de diretrizes e de um plano de ação voltado ao fortalecimento dos sistemas globais de observação oceânica para a próxima década. Nada mais havendo a tratar, a presidente da sessão encerrou a reunião às 11:20h, agradecendo a presença de todos. Foi lavrada a presente ata, que vai assinada pelo Presidente da sessão e pelo

Secretário e vistada pelo Dr. Paulo Haus Martins, que assessorou a presente reunião.

Rio de Janeiro, 09 de junho de 2026.

Andrea Brito Latgé
Presidente da Sessão

Segen Farid Estefen
Secretário da Sessão

Visto do Advogado:

Paulo Haus Martins
OAB/RJ 69.406

**LISTA DE PRESENÇA DA 16ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO –
ORDINÁRIA DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS
OCEÂNICA – INPO**

09/06/2026 ÀS 10:00

Lista de Presença:

1. Andrea Brito Latgé
2. Vice-Almirante Ricardo Jaques Ferreira
3. Contra- Almirante Eduardo Rabha Tozzini
4. Raimar Van Den Bylardt
5. Carlos Augusto dos Santos Victal
6. Aldo José Gorgatti Zarbin
7. Ana Tereza Ribeiro de Vasconcelos
8. Handerson Jorge Dourado Leite
9. Luiz Drude de Lacerda
10. Carina Costa de Oliveira
11. Jailson Bittencourt de Andrade
12. Carlos Afonso Nobre
13. Moacyr Cunha de Araujo Filho
14. Segen Farid Estefen
15. Andrei Polejack
16. Janice Trotte Duhá
17. Rodolfo Fraenkel
18. Flavia Cruz
19. Viviane Pires
20. Raquel Oliveira
21. Eduardo Frare
22. Paulo Haus Martins

Rio de Janeiro, 09 de junho de 2026.

Andrea Brito Latgé
Presidente da Sessão

Segen Farid Estefen
Secretário da Sessão

Visto do Advogado: _____

Paulo Haus Martins
OAB/RJ 69.406